

Termo de Acordo

Define o termo de acordo resultante das negociações entre Reitoria e SinTUFABC

Item 1 – Elaboração da portaria sobre jornada de trabalho e 30h

Já está em andamento desde o dia 03 de setembro de 2015, com prazo de finalização de 60 dias, a elaboração da portaria que definirá a política institucional sobre a jornada de trabalho na UFABC, estabelecendo os princípios, fluxos e cronogramas para a implantação das 30h nos setores que apresentarem viabilidade técnica e legal para isso.

Status – O grupo finalizou seus trabalhos e entregou à Reitoria em 18 de dezembro de 2015 proposta de portaria que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos da UFABC. Neste momento aguardamos o retorno do Reitor para uma reunião de apresentação do documento e considerações. A previsão é que tal reunião aconteça até o final de fevereiro.

Item 2 – Comissão Permanente de Implantação

Após a finalização da portaria citada no item anterior, será instituída uma comissão permanente de assessoria, análise e deliberação sobre os pareceres dos processos dos setores, composta por técnico-administrativos cujos membros serão definidos por processo eleitoral.

Status – Esta comissão, que será rebatizada de Comissão de Apoio à Flexibilização (CAF) está contemplada na proposta de portaria citada no Item 1.

Item 3 – Retomada da CCQP – Comitê de Capacitação e Qualificação de Pessoal

A Reitoria iniciou o processo para a retomada da CCQP, e como primeira medida, já elaborou a portaria de nomeação da Comissão Eleitoral, definindo as regras para a eleição, incluindo a viabilização de sistema eletrônico de votação. A Comissão Eleitoral será instituída em até 15 dias após o término da greve.

Status – Portaria nº 516/2015 – Designa a Comissão Eleitoral Responsável pela Condução do Processo de Eleição de Membros do Comitê de Capacitação e Qualificação de Pessoal (CCQP). A Comissão já está em atividade e deverá observar o prazo de 45 dias para conclusão dos seus trabalhos, a contar de 01 de fevereiro de 2016.

Item 4 – Criação de política clara e amplamente divulgada, para participação de TAs com e sem cargo de chefia, em eventos externos com apresentação de proposta orçamentária para este fim.

A SUGEPE solicitará à CCQP a construção de critérios que definam a participação ampliada a todos os servidores de uma mesma área em eventos externos de interesse do setor: encontros, simpósios, palestras e afins. Estes critérios devem compor uma política que tenha como objetivo possibilitar a ampliação da representação setorial em atividades externas, além de garantir o acesso a capacitação a todos os servidores com ou sem cargo de chefia.

Prazo: Imediatamente após a recondução da CCQP

Status – a SUGEPE mantém a proposta de encaminhar o assunto à CCQP imediatamente após sua recondução.

Item 5 – Criação de mestrados profissionais da UFABC para servidores TAS

A Reitoria já submeteu a proposta de criação de dois novos programas de mestrado profissional em rede (em Ensino, e em Filosofia), e aguarda aprovação da CAPES. Caso sejam aprovados, os cursos serão iniciados conforme calendário definido pelas redes às quais os programas pertencem.

Status – Resposta ProPG: Ainda aguarda o resultado da avaliação dos programas de mestrado profissional em Filosofia e em Ensino e Interdisciplinaridade na Educação Básica, que deve ser divulgado em breve.

Item 6 – Adesão ao programa PROFIAP

A Reitoria abrirá consulta pública para identificar docentes que se proponham a atuar como professores e orientadores no programa PROFIAP, e reenviará solicitação de adesão a CAPES. Prazo: Conforme edital anual publicado pela universidade-sede do programa.

Status – Resposta ProPG: A consulta pública para identificar docentes que se propusessem a atuar como professores e orientadores no programa PROFIAP foi feita no mês de agosto de 2015, mas não houve nenhuma manifestação de interesse por parte dos docentes.

Item 7 – Criação de mestrado profissional em Gestão Pública e oferta com periodicidade

Já foram iniciados os procedimentos para criação de mestrado profissional em Gestão Pública, o que, também, depende de uma equipe de docentes dispostos a lecionar e orientar neste curso.

Será feita consulta entre docentes e TAs para levantar a disponibilidade de docentes e a demanda de TAs para tal mestrado. O calendário dessas consultas deverá ser apresentado logo após a greve e permitir, se houver adesão de docentes, a apresentação da proposta na próxima abertura de “adesões” pela CAPES, prevista para junho de 2016. Esta criação permitirá a oferta do curso, em níveis de mestrado profissional e de especialização, com periodicidade regular.

Status – Resposta ProPG: Foi realizada consulta aos docentes da área de políticas públicas no mês de junho, mas o grupo entende que ainda não possui uma estrutura consolidada para propor a criação de um mestrado profissional.

Resposta ProEC: o processo de criação do mestrado profissional em gestão pública está sob a responsabilidade da ProPG.

Item 8 – Disponibilização de mais vagas aos servidores em cursos de idiomas

Novas turmas de cursos de idiomas serão disponibilizadas na medida em que haja

servidores qualificados para lecionarem. A partir da liberação do orçamento de 2016 (com previsão para março), complementarmente, será contratada empresa específica para absorver a demanda que não seja atendida pelos próprios servidores da UFABC.

A SUGPEPE realizará teste de nivelamento para conhecer o perfil dos TAs e subsidiar o termo de referência para contratação. Para esta ação, o prazo acordado corresponde ao término da greve.

Status – Conforme acordado com a ARI, a SUGPEPE aguarda cronograma dos testes que está sendo elaborado por aquela área para início das atividades.

Resposta ARI:

No que concerne ao oferecimento de novas turmas de cursos de idiomas pela ARI, é importante ressaltar que a Divisão de Idiomas homologou, em setembro de 2015, inscrições para a ampliação de seu cadastro reserva de servidores com formação e/ou experiência na área de ensino de línguas, para atuação como instrutores.

No que se refere à contratação de empresa para “absorver a demanda que não seja atendida pelos próprios servidores da UFABC” em sua atuação como instrutores de cursos de línguas da ARI, é necessário informar que a Divisão de Idiomas, entre os meses de setembro e outubro de 2015, reuniu-se com diferentes escolas de inglês, para levantamento de preços de *courses in company* e elaboração de relatório a respeito do custo da oferta de nossos cursos em comparação ao custo de contratação de escolas especializadas.

Tendo realizado até o momento estas ações, a Assessoria de Relações Internacionais acordou com a SUGPEPE, os seguintes prazos e atividades:

- **De fevereiro a maio de 2016:** aplicação de teste de nivelamento pela SUGPEPE e ARI aos servidores técnico-administrativos, para mapeamento da demanda em diferentes níveis linguísticos;

- **De fevereiro a junho de 2016:** instrução do processo de contratação de escola de idiomas pela SUGPEPE;

- **Julho de 2016:** relatório final das atividades desenvolvidas.

Item 9 – Avaliação semestral pelos alunos do curso de especialização de Gestão Pública e criação de secretaria para tal curso

Será realizada avaliação ao término da greve. A Reitoria, ou um de seus órgãos de apoio, se responsabilizará pelo encaminhamento das demandas de secretaria a partir dos dados levantados no processo avaliativo.

Status – Resposta ProEC: Formalizamos solicitação da demanda de avaliação semestral pelos alunos do curso de especialização de Gestão Pública à CPA em 25/11/2015, porém, não obtivemos retorno até o momento.

A Secretaria do curso está alocada na Divisão Educacional da ProEC.

Item 10 – Segurança química

A Reitoria iniciou e conduzirá um Fórum, com o intuito de realizar estudos e medidas, visando resolver todos os problemas referentes a reagentes e resíduos químicos,

apontados pelos relatórios das comissões que tratam do tema e pelo Comando Local de Greve. Tal Fórum é composto pelas seguintes áreas, podendo receber novos integrantes:

- Comissão de Ética Ambiental (CEA)
- Comissão Permanente de Segurança Laboratorial (CPSL)
- Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP)
- Comissão de Gestão de Resíduos (CoGRE)
- Comissão de Biotérios (COBI)
- Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO)
- Divisão de Saúde e Qualidade de Vida da SUGEPE (DSQV)
- Divisão de Segurança do Trabalho da PU
- Divisão Ambiental da PU
- Pró Reitoria de Pesquisa
- Chefia de gabinete
- Coordenação de Laboratórios Didáticos
- Responsável técnico perante o CRQ pela aquisição, manipulação e descarte de reagentes e resíduos químicos.

E se compromete a manter a comunidade acadêmica informada dos trâmites a cada reunião ocorrida.

Status – A Reitoria elaborou minuta de portaria que regulamenta as responsabilidades circunscritas no âmbito das comissões e divisões que tratam dos aspectos de segurança laboral e ambiental da UFABC. Dentre outras decisões, a portaria cria o Sistema Integrado de Segurança (SISeg), cujo escopo de atuação é a segurança laboral e ambiental no âmbito das atividades dos laboratórios didáticos e laboratórios de pesquisa da universidade e da sua infraestrutura de apoio, bem como os insumos, reagentes, materiais, organismos e resíduos utilizados ou produzidos nesses laboratórios, mas não abrange aspectos relacionados à segurança pública, segurança da informação e segurança patrimonial, para os quais há instâncias e instrumentos normativos próprios. A minuta de portaria foi enviada aos envolvidos para manifestação sobre seu conteúdo. Porém, ainda não houve retorno de todas as áreas, o que está previsto para ocorrer até final de março/2016.

Item 11 – Plano de Saúde Coletivo:

Será feita a licitação do serviço que se encontra hoje em elaboração do termo de referência pela SUGEPE. Será feita uma consulta à comunidade acadêmica para levantar a demanda do serviço até o fim de 2015, para dar início ao processo licitatório.

Status – Em janeiro a DSQV/SUGEPE realizou reunião com SinTUFABC para relatar os andamentos do trabalho. Ações internas estão em andamento para realização da pesquisa à comunidade acadêmica para obter dados a subsidiar a finalização do termo de referência. A pesquisa está programada para ser lançada a partir de 01 de março.

Item 12 – Retirada de livros na biblioteca pelos funcionários terceirizados

A Reitoria viabilizou essa possibilidade por intermediação da Coordenação do Sistema de Bibliotecas.

Item 13 – Creche

A Reitoria permanece em contato com as prefeituras de Santo André e São Bernardo, além do Consórcio Intermunicipal, buscando a construção de acordos que permitam acolher a demanda dos servidores, por meio da construção de creches dentro ou nas imediações dos campi, ou ainda em outras condições satisfatórias à comunidade acadêmica, sem prejudicar os demais municípios.

Status – Até o presente não houve progressos nesta ação.

Paliativamente, considerando a proposta apresentada pelo MPOG, de aumento substancial do valor pago pelo auxílio pré-escolar, a SUGEPE se dispõe a construir juntamente com a categoria o termo de referência para uma chamada pública, que permita à comunidade UFABC a contratação de serviços de creche a preços mais acessíveis e com qualidade adequada.

Status – A SUGEPE/DSQV está estudando a viabilização de convênios com as entidades privadas. Preveem-se resultados até julho/2016.

A Reitoria demandará os estudos necessários para viabilizar a construção de fraldários em condições adequadas, visando a realização de licitação para este fim a partir da aprovação do orçamento de 2016.

Status – Resposta PU: foi aberto o Processo Administrativo Nº 23006.001634/2015-10, pelo Sistema de Registro de Preços, que segue hoje com o respectivo Termo de Referência para a ProPladI para demais trâmites;

Informamos a alocação dos fraldários em ambos os campi:

Campus Santo André:

- Bloco A: 04 (sanitários masculino e feminino no térreo e no 1º andar);
- Bloco B: 02 (sanitários masculino e feminino no térreo);

Campus São Bernardo do Campo:

- Bloco Alfa 1: 02 (sanitários masculino e feminino no térreo);
- Bloco Alfa 2: 02 (sanitários masculino e feminino no térreo);
- Bloco Beta: 02 (sanitários masculino e feminino no térreo).

A SUGEPE orientará as chefias, por meio de CI e outras vias, a priorizarem a adequação do horário de trabalho dos servidores com filhos em idade pré-escolar aos horários de funcionamento das creches.

Status – a SUGEPE tem orientado pontualmente as áreas (chefias e dirigentes) quanto a este ponto. Em reunião de mesa de negociação foi colocado que CIs deveriam ser evitadas, dado a baixa eficácia deste instrumento, e que outros meios, como abordagens diretas sobre o ponto, deveriam ser priorizadas. De toda forma, conforme combinado com a reitoria, a CI SUGEPE nº 567/2015 com orientações sobre o tema foi encaminhada à todas as áreas da UFABC em 15/12/2015.

Item 14 – Paridade e Gestão mais democrática

A Reitoria assume o compromisso de viabilizar o apoio necessário para a realização, pelas entidades de classe e pela comunidade acadêmica, de amplos processos de discussão acerca do assunto, visando sempre a mais adequada participação nos processos decisórios da universidade.

Item 15 – Restaurante Universitário

A reitoria se compromete a formar um Grupo de Trabalho com representantes de todas as categorias, incluindo indicados pelas entidades de classe, servidores da PROAP, PROAD e PU, para discutir modelos de gestão para o Restaurante Universitário, visando reduzir seus custos e preço para a comunidade. A instituição deste GT se dará logo após o término da greve, e terá prazo de 180 dias para entregar suas conclusões e sugestões, havendo um compromisso da Reitoria em analisar com celeridade suas recomendações.

Status – O GT não foi nomeado até esta data (23/02/2016) em razão de algumas áreas não terem indicado seus participantes (DCE, APG)

Item 16 – Liberação da Coordenação do SinTUFABC

A Reitoria orientará as respectivas chefias a autorizar o desenvolvimento de atividades sindicais em 16 horas semanais para os três membros da Coordenação Geral do SinTUFABC, e oito horas semanais para os demais membros da Coordenação Executiva. A Reitoria assume, ainda, o novo compromisso de orientar as chefias a viabilizar a participação dos demais membros do Conselho de Representantes Sindicais em reuniões trimestrais e para a realização esporádica de reuniões e atividades extraordinárias.

Status – Já providenciado.